

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10.

- 1 A voz é um dos elementos mais importantes para a comunicação humana, sendo essencial para a vida pessoal e profissional. No entanto, apenas 17% das pessoas costumam realizar consultas com especialistas na área. Em razão disso, a Universidade de Fortaleza, por meio do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e do Laboratório de Inovação
- 4 Tecnológica do Núcleo de Aplicação em Tecnologia e Informação (NATI), concebeu e desenvolveu o VoiceGuard, aplicativo que objetiva promover auxílio nos cuidados diários com a voz, principalmente para quem a utiliza como um dos principais instrumentos de trabalho.
- 7 A ideia do aplicativo surgiu no trabalho da fonoaudióloga Christina Praça, professora-doutora em Saúde Coletiva, que coordena o grupo de pesquisa “Comunicação e Inovação para a Promoção da Saúde”. A professora vislumbrou a possibilidade do uso de mecanismos tecnológicos e, junto com a equipe do NATI, adotou os conceitos de *mHealth* (*mobile health*, ou saúde
- 10 móvel) e dinamicidade para compor uma metodologia de trabalho que propicie o acompanhamento da voz, prestando serviço à comunidade e prevenindo problemas de saúde posteriores. “As pessoas muitas vezes entendem a fonoaudiologia como uma área específica de reabilitação. Nós, porém, defendemos que ela é uma área muito importante para a promoção de saúde.
- 13 Temos um cenário onde os problemas vocais atingem mais de 80% dos professores brasileiros, com poucas ações de promoção da saúde para esse público. Não podemos deixar para tomar medidas quando as pessoas já estão doentes. Promover a saúde e prevenir o adoecimento são sempre as melhores opções”, ressalta a professora Christina Praça.
- 16 O VoiceGuard faz parte de uma metodologia de trabalho de fonoaudiólogos e outros profissionais da saúde, sendo adotadas estratégias de jogos para motivar o uso do aplicativo, como alertas e lembretes para a ingestão de água, além de uma ferramenta para a captação do ruído ambiental, que avisa ao usuário se aquele está em um nível aceitável ou prejudicial à voz.
- 19 Com dezesseis telas e várias funcionalidades, entre testes, dicas e orientações, o aplicativo ainda produz relatórios de comparação do desempenho vocal, sendo possível enviá-los para um profissional que acompanhe o usuário e, ainda, controlar o agendamento de exames.
- 22 Essa proposta inovadora já trouxe grande reconhecimento ao VoiceGuard, que, em abril de 2016, foi o único projeto da área de saúde contemplado pelo Clinton *Global Initiative University*, encontro promovido pela Fundação Clinton para discutir iniciativas de benefício público. Em maio do mesmo ano, o uso do aplicativo como ferramenta para alavancar as políticas públicas
- 25 envolvendo o campo da saúde vocal e saúde do trabalhador foi discutido em sessão especial na 22.ª Conferência Mundial de Promoção da Saúde.
- O VoiceGuard já está disponível para os sistemas operacionais iOS e Android, estando em processo de divulgação e
- 28 validação em Portugal. Além disso, já conta com o suporte de um curso a distância denominado “Saúde Vocal em Foco”, o qual amplia as possibilidades de formação dos profissionais em saúde vocal e oferece um módulo exclusivo em forma de tutorial para subsidiar a utilização do aplicativo.
- 31 “Este trabalho, voltado à saúde vocal do professor e de outros profissionais da voz, tem rendido muitos frutos e reconhecimento à equipe de pesquisadores da Universidade de Fortaleza. Além disso, essa iniciativa evidencia a forte associação entre a pesquisa e a responsabilidade social, porque acreditamos que uma não existe sem a outra. Esperamos trazer ainda mais
- 34 resultados nos próximos meses e anos, principalmente com a internacionalização da ferramenta”, conclui a professora Christina Praça.

Internet: <g1.globo.com> (com adaptações).

Considerando a tipologia do texto, as ideias nele expressas e seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 10.

- 1 Estruturado em forma dissertativa, o texto objetiva informar o público leitor da existência de uma tecnologia inovadora no âmbito da saúde vocal.
- 2 Entende-se da leitura do texto que a criação do VoiceGuard é resultado de pesquisa comprometida com a responsabilidade social.
- 3 Os vocábulos “diários”, “saúde” e “ruído” são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica – a que se refere às vogais tônicas que formam hiato com a sílaba anterior.
- 4 Na linha 2, estaria mantida a correção gramatical do texto caso se flexionasse a forma verbal “costumam” na terceira pessoa do singular – **costuma** –, de modo que a concordância fosse feita com o núcleo do sujeito da oração – a expressão percentual “17%”.
- 5 As vírgulas empregadas, respectivamente, após “VoiceGuard” (linha 4) e “voz” (linha 5) isolam trecho que tem função explicativa.
- 6 A forma verbal “propicie” (linha 10) está flexionada no tempo futuro do modo subjuntivo.
- 7 O emprego do acento indicativo de crase em “à comunidade” (linha 11) justifica-se pela regência do verbo **prestar**, empregado na forma nominal de gerúndio – “prestando” (linha 10), e pela anteposição de artigo definido ao substantivo “comunidade”.

- 8 Na linha 18, a forma verbal “avisa” está flexionada na terceira pessoa do singular porque concorda com “ruído ambiental”, antecedente ao qual o pronome relativo “que” se reporta.
- 9 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso a expressão “em abril de 2016” (linha 22) fosse deslocada, com as vírgulas que a isolam, para imediatamente após o termo “contemplado” (linha 23).
- 10 Na última oração do texto, o sujeito está posposto ao verbo.

Julgue os itens 11 e 12 quanto à correção gramatical dos trechos apresentados e à adequação da linguagem à correspondência oficial.

- 11 Comprimentando-o, e, conforme determinação do Presidente deste Conselho Regional, encaminhamo-lhe, em anexo, cópia do despacho exarado nos autos do processo mencionado em epígrafe para conhecimento do seu teor e as devidas providências.
- 12 Se ressalta na solicitação encaminhada a esta Comissão, a inobservância da exigência contida nas Orientações de Prorrogação de Prazo de Licença para Estudos, no que se refere ao prazo máximo de quatro anos de afastamento.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com relação aos conceitos de *hardware*, ao editor de texto Word 2013 e ao sistema operacional Windows 10, julgue os itens de 13 a 17.



- 13 A cache L1 é conhecida como memória cache primária, enquanto a cache L2 é conhecida como memória cache secundária.
- 14 Diferentemente da ROM, a memória *flash* não mantém os dados armazenados quando o computador é desligado.
- 15 No Word 2013, um documento pode ser salvo em uma pasta no próprio computador do usuário ou pode ser salvo *on-line*.
- 16 Por meio do recurso Visão de Tarefas do Windows 10, é possível criar áreas de trabalho diferentes.

- 17 No Windows 10, por meio do recurso



localizado no Painel de Controle, o usuário pode obter uma lista dos aplicativos com permissão para usar todos os recursos do sistema.

A respeito do programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atual, do programa de correio eletrônico Microsoft Outlook 2016 e dos conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas, julgue os itens de 18 a 22.

- 18 A página inicial do Chrome pode ser alterada de forma repentina, mesmo tendo sido definida pelo usuário. Isso pode ocorrer, em certos casos, devido à infecção por um *software* indesejado.
- 19 Pelo fato de ser um navegador robusto e ágil, o Chrome não enfrenta qualquer tipo de problema para carregar páginas.
- 20 No Outlook 2016, não é possível mover mensagens entre as caixas de entrada Prioritário e Outros.
- 21 Uma das formas de se abrir o Explorador de Arquivos no Windows 10 é por meio do teclado. Para isso, basta o usuário pressionar  + .
- 22 Uma das desvantagens do Explorador de Arquivos do Windows 8 é que não é possível descobrir a quantidade de arquivos existentes em uma determinada pasta.

Um fonoaudiólogo atende 8 pacientes em 6 horas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de 23 a 25.

- 23 O tempo necessário para atender 3 pacientes é de 135 minutos.
- 24 3 fonoaudiólogos, trabalhando juntos, no mesmo ritmo do primeiro, atenderiam 4 pacientes em uma hora.
- 25 Caso esse fonoaudiólogo trabalhasse 8 horas por dia, ele conseguiria completar o atendimento de 11 pacientes.

RASCUNHO

Em uma academia de artes marciais que tem 288 alunos, 172 alunos praticam judô, 93 alunos praticam caratê e 25% dos alunos praticam ambas as modalidades.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **26 a 29**.

- 26** 265 alunos praticam judô ou caratê.
27 É correto afirmar que 96 alunos não praticam nenhuma das duas modalidades.
28 A probabilidade de um aluno dessa academia praticar apenas judô é de $\frac{25}{72}$.
29 Se um aluno pratica caratê, então a probabilidade de ele também praticar judô é de $\frac{24}{31}$.

O hino de um certo país possui 250 palavras e foi escrito em um alfabeto que possui 26 letras.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **30 a 32**.

- 30** Pelo menos uma letra do alfabeto foi utilizada mais que 9 vezes.
31 Há palavras repetidas.
32 Todas as letras do alfabeto foram utilizadas.

RASCUNHO

O presidente Jair Bolsonaro reunir-se-á a partir do dia 13 de novembro de 2019, em Brasília, com os líderes do Brics, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Internet: <<https://g1.globo.com>> (com adaptações).

Acerca do assunto abordado, julgue os itens de **33 a 36**.

- 33** Em todos os países do grupo, estão em vigência modelos democráticos, com sistemas multipartidários e realização frequente de eleições livres.
34 Os atuais mandatários dos países do grupo adotam a mesma linha ideológica, com plena concordância em questões que envolvem a política internacional.
35 A entrada da África do Sul (o “S” do Brics) foi tardia em relação aos demais países, os quais são os fundadores do bloco.
36 Além do encontro entre os governantes de países do bloco, ocorreram também eventos paralelos à cúpula, com a participação de países latino-americanos.

Palco da polêmica em torno da prisão de quatro ambientalistas acusados de incendiar uma área protegida na Amazônia, o povoado de Alter do Chão, no Pará, vive, nos últimos anos, uma forte disputa em torno do modelo de turismo na região.

Internet: <www.bbc.com> (com adaptações).

No que se refere ao tema abordado no texto acima e a assuntos correlatos, julgue os itens de **37 a 40**.

- 37** Um dos principais destinos turísticos do Pará, Alter do Chão integra o município de Santarém.
38 Integrantes de organização não governamental que atua na região foram presos em novembro último, acusados de participação em incêndios que atingiram Alter do Chão.
39 Questões ligadas à produção e ao escoamento de soja na região em que se situa Alter do Chão têm contribuído para intensificar as tensões entre ambientalistas e produtores rurais.
40 A região de Alter do Chão, distante de núcleos urbanos importantes, está isenta de conflitos fundiários e de pressões imobiliárias, comuns a outras localidades do Pará.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A Lei n.º 8.429/1992 dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Quanto às normas estipuladas pela Lei n.º 8.429/1992 e a suas alterações, julgue os itens de **41 a 44**.

- 41** Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância do princípio da legalidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- 42** O sucessor do agente público que causar lesão ao patrimônio público ou enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações da Lei n.º 8.429/1992 até o limite do valor da herança.
- 43** Constitui improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito o retardamento indevido de ato que o agente público deva praticar de ofício.
- 44** Para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, deve haver representação específica assinada por autoridade administrativa competente que ocupe cargo de igual ou maior hierarquia que o do acusado.

Com relação às normas que regulam o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens de **45 a 47**.

- 45** Um órgão administrativo e seu titular poderão delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, principalmente quando se tratar de edição de atos de caráter normativo.
- 46** É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou a autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- 47** Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, exceto quando decorram de reexame de ofício.

A Lei n.º 12.527/2011, também denominada Lei de Acesso à Informação, dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, com o fim de garantir o acesso a informações, previsto no texto constitucional. Considerando os ditames da Lei n.º 12.527/2011, julgue os itens de **48 a 50**.

- 48** É dever dos órgãos e das entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- 49** Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos públicos integrantes do Legislativo, por qualquer meio legítimo, sendo garantido o anonimato do requerente que não queira se identificar.
- 50** O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, porém, nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada, poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

O artigo 5.º da Constituição Federal de 1988 dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. De acordo com o que prevê o texto constitucional pátrio sobre direitos e garantias fundamentais, julgue os itens de **51 a 55**.

- 51** O exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão é livre, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- 52** A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre ou para prestar socorro ou, durante o dia e a noite, por determinação judicial ou por autorização de autoridade policial ou de membro do Ministério Público.
- 53** Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- 54** É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, passível de censura ou licença, quando versar sobre convicções filosóficas ou políticas.
- 55** A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

Acerca da Administração Pública e dos servidores públicos, julgue os itens de **56 a 60** conforme o texto constitucional.

- 56** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- 57** A investidura em cargo ou emprego público independe de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, exceto para nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- 58** O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- 59** O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
- 60** Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor público para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento, progressão automática de carreira e promoção vertical ou cruzada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A Lei n.º 6.965 dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências e o Decreto n.º 87.218/1982 regulamenta a Lei n.º 6.965/1981. Acerca desses dois conteúdos, julgue os itens de **61** a **65**.

- 61** De acordo com a Lei n.º 6.965/1981, o fonoaudiólogo é o profissional, com graduação plena em fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como no aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz.
- 62** As penas disciplinares previstas na lei que regulamenta a profissão de fonoaudiólogo consistem, primeiramente, em advertência ou repreensão. No caso de reincidência, o profissional terá a suspensão do exercício profissional pelo prazo de até três anos ou o cancelamento do registro profissional.
- 63** A renda dos Conselhos Regionais é constituída por: 80% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas; legados, doações e subvenções; e rendas patrimoniais, sendo que 20% do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas é destinado ao Conselho Federal.
- 64** É de competência dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia a fixação do valor das anuidades, das taxas, dos emolumentos e das multas devidos pelos profissionais e pelas empresas.
- 65** Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia serão de três anos, podendo haver a reeleição para mais um mandato. No Conselho Federal, as eleições são realizadas por meio de um Colégio Eleitoral constituído por um representante de cada Conselho Regional.

O Código de Ética da Fonoaudiologia regulamenta os direitos, os deveres e as infrações dos fonoaudiólogos inscritos nos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, segundo suas atribuições específicas. Com relação a esse assunto, julgue os itens de **66** a **70**.

- 66** Avaliar, solicitar e realizar exame, diagnóstico, tratamento e pesquisa, emitir declaração, parecer, atestado, laudo e relatório e exercer docência, responsabilidade técnica, assessoramento, consultoria, coordenação, administração e orientação estão entre os direitos gerais dos fonoaudiólogos, nos limites de sua competência e de suas atribuições.

- 67** O ato de assinar qualquer procedimento fonoaudiológico realizado por terceiros ou solicitar (ou permitir) que outros profissionais assinem seus procedimentos constitui infração prevista no Código de Ética da Fonoaudiologia.
- 68** Uma forma de divulgação pessoal permitida pelo Código de Ética da Fonoaudiologia refere-se à possibilidade de utilização de mídias sociais para ensinar para pessoas não habilitadas procedimentos diagnósticos e terapêuticos da fonoaudiologia, como, por exemplo, a realização de exames de audiometria e imitanciometria.
- 69** O fonoaudiólogo é livre para fazer sua propaganda nos meios de comunicação, entretanto constitui infração ética relacionada à propaganda o anúncio de preços e descontos, inclusive na divulgação de cursos, palestras, seminários e afins.
- 70** O fonoaudiólogo pode utilizar as redes sociais para divulgar seus serviços, inclusive consultar, diagnosticar ou prescrever tratamento por meios de comunicação de massa.

O Código de Processo Disciplinar (CPD) está em sua quarta edição, publicada em 2017, e estabelece procedimentos para a apuração de faltas disciplinares e infrações à Lei n.º 6.965/1981, ao Decreto n.º 87.218/1982, ao Código de Ética da Fonoaudiologia e às resoluções do Conselho Federal de Fonoaudiologia. Quanto a esse tema, julgue os itens **71** e **72**.

- 71** Os processos administrativos disciplinares podem ser classificados em processos éticos e processos administrativos de fiscalização. Este último apura faltas e infrações à Lei n.º 6.965/1981, ao Decreto n.º 87.218/1982 ou às resoluções do Conselho Federal de Fonoaudiologia cometidas por pessoa física não inscrita e por pessoa jurídica, inscrita ou não inscrita.
- 72** No caso de uma denúncia anônima, a responsabilidade pela apuração será da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia. Ao término da fase preliminar, a COF poderá encaminhar a representação ao presidente do Conselho para instaurar processo ético-disciplinar ou lavrar o auto de infração para instaurar o processo administrativo de fiscalização. A COF não possui autonomia para arquivar a denúncia.

Entende-se por limite de tolerância a concentração ou intensidade, máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente que não causará dano à saúde do trabalhador, durante sua vida laboral. O protocolo Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR) do Ministério da Saúde, redigido em 2006, descreve os limites de tolerância para ruído contínuo e de impacto. Considerando essas informações, julgue os itens **73** e **74**.

- 73** O limite de tolerância para ruído do tipo impacto será de 130 dB(A), de acordo com a NR-15.
- 74** Se o trabalhador estiver exposto a uma intensidade de ruído contínuo de 100 dB(A), a exposição máxima diária permitida, de acordo com a NR-15, será de uma hora.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, a audição é um dos sentidos mais importantes para o desenvolvimento completo da criança. Por esse motivo, o teste da orelhinha é um exame fundamental para o recém-nascido e deve ser realizado preferencialmente antes da alta hospitalar. Sendo assim, com base na Lei n.º 12.303/2010, julgue o item **75**.

75 A Lei n.º 12.303/2010 define a obrigatoriedade da realização gratuita do teste da orelhinha (emissões otoacústicas e potenciais auditivos de tronco encefálico) em todos os hospitais e maternidades, nas crianças nascidas em suas dependências.

O Decreto n.º 6.286/2007 institui, no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde, o Programa Saúde na Escola (PSE), com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. No que se refere ao PSE, julgue os itens **76** e **77**.

76 As equipes de saúde da família serão as responsáveis por avaliar as condições de saúde dos educandos, bem como por proporcionar o atendimento à saúde ao longo do ano letivo, realizando visitas periódicas e permanentes às escolas participantes do PSE.

77 Avaliação auditiva, avaliação oftalmológica, avaliação nutricional e avaliação psicossocial são algumas ações em saúde que poderão ser desenvolvidas no PSE.

À luz das Leis n.º 6.839/1980 e n.º 12.401/2011, julgue os itens de **78** a **80**.

78 É obrigatório que seja realizado o registro de empresas nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela que prestem a terceiros. A anotação dos profissionais legalmente habilitados, dela encarregados, é facultativa.

79 Para a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS), deverão ser escolhidos dois representantes, sendo um indicado pelo Conselho Nacional de Saúde e um indicado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

80 O critério estabelecido para a elaboração do relatório da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS são as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo acatadas pelo órgão competente para o registro ou a autorização de uso. A avaliação econômica, comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas, é realizada após a emissão do relatório pela Anvisa.

Segundo o Decreto n.º 7.602/2011, referente à Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), julgue os itens de **81** a **83**.

81 A PNSST tem por princípios: universalidade; prevenção; precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação; diálogo social; e integralidade. Trata-se de uma ação conjunta entre os Ministérios do Trabalho e Emprego e da Saúde, sendo estes os responsáveis por sua implementação e execução.

82 Entre os objetivos da PNSST, está a prevenção de acidentes e de danos à saúde, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho.

83 Compete ao Ministério da Saúde, por meio dos atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde, realizar ações de reabilitação profissional e avaliar a incapacidade laborativa para fins de concessão de benefícios previdenciários.

Conforme a Portaria GM/MS n.º 3.088/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas no âmbito do SUS, julgue os itens de **84** a **90**.

84 Entre os objetivos da Rede de Atenção Psicossocial, estão a prevenção do consumo e a redução dos danos provocados pelo consumo de *crack*, álcool e outras drogas.

85 Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são organizados em três modalidades, sendo elas: CAPS I (indicado para municípios com população acima de trinta mil habitantes); CAPS II (indicado para municípios com população acima de oitenta mil habitantes); e CAPS III (indicado para municípios com população acima de duzentos mil habitantes).

86 As unidades de CAPS III podem ser divididas em CAPS AD, CAPS AD II e CAPS AD III. O CAPS III é responsável pelo atendimento de adultos, crianças e adolescentes com necessidades de cuidados clínicos contínuos, considerando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

87 O SAMU 192, as UPAs 24 horas e as Unidades Básicas de Saúde são alguns dos pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção de urgência e emergência.

88 As pessoas com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas que apresentem acentuada vulnerabilidade social e(ou) familiar poderão ser assistidas nas Unidades de Acolhimento, que oferecem, por até um ano, cuidados contínuos de saúde, com atividades durante o dia, direito às refeições e atendimento médico/psicológico e de serviço social. Os internos permanecerão sob cuidados durante a semana, no horário das 7 às 19 h.

- 89** As unidades de acolhimento são organizadas de acordo com a localidade na qual o indivíduo reside. Para facilitar o atendimento familiar, no caso de dependência de pais e filhos, não há distinção de idades (adultos e adolescentes realizam acolhimento nas mesmas unidades).
- 90** A implementação da Rede de Atenção Psicossocial é de responsabilidade dos municípios, por meio da Secretaria Municipal de Saúde. Cabe à União, por intermédio do Ministério da Saúde, e aos estados, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, o apoio no processo de implementação.

Julgue os itens de **91** a **93** com relação à Portaria GM/MS n.º 793/2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS.

- 91** A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência é organizada nos componentes: atenção básica; atenção especializada em reabilitação auditiva, física, intelectual, visual, ostomia e em múltiplas deficiências; e atenção hospitalar e de urgência e emergência. Esses componentes serão articulados entre si, de forma a garantir a integralidade do cuidado e o acesso regulado a cada ponto de atenção e(ou) aos serviços de apoio, observadas as especificidades inerentes e indispensáveis à garantia da equidade na atenção a estes usuários.
- 92** Entre as atribuições dos Centros Especializados em Reabilitação (CER), estão: a promoção da identificação precoce das deficiências, por meio da qualificação do pré-natal e da atenção na primeira infância; o acompanhamento dos recém-nascidos de alto risco até os dois anos de idade; o tratamento adequado das crianças diagnosticadas e o suporte às famílias conforme as necessidades; e a educação em saúde, com foco na prevenção de acidentes e quedas.
- 93** Os CER são organizados de acordo com a quantidade de serviços de reabilitação habilitados. Por exemplo, o CER composto por apenas um serviço de reabilitação habilitado é denominado CER I; o CER composto por dois serviços de reabilitação habilitados é denominado CER II; e o CER composto por três ou mais serviços de reabilitação habilitados é denominado CER III.

Com base na Resolução Anvisa n.º 11/2006, que dispõe sobre o regulamento técnico de funcionamento de serviços que prestam atenção domiciliar, julgue o item **94**.

- 94** O serviço de atenção domiciliar deverá ser indicado pelo profissional de saúde que acompanha o paciente. Este deverá encaminhar ao serviço de atendimento domiciliar (SAD) um relatório contendo histórico, prescrições, exames e intercorrências, relacionados à saúde e à doença do paciente. A equipe do SAD deverá elaborar um plano de ação domiciliar (PAD), que deverá conter, entre outros itens, os requisitos de infraestrutura do domicílio do paciente e a necessidade de recursos humanos e materiais, de medicamentos e de equipamentos.

Considerando a Portaria n.º 930/2012, que define as diretrizes e os objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de unidade neonatal no âmbito do SUS, julgue os itens de **95** a **98**.

- 95** Segundo essa Portaria, é considerada como recém-nascida a criança com idade entre zero e 28 dias de vida.
- 96** As unidades neonatais são divididas em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal (UCIN). Esta última pode ser denominada Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional (UCINCo) ou Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCINCa), de acordo com a necessidade do cuidado.
- 97** Para fins de habilitação como UTIN, o serviço hospitalar deverá dispor de equipamentos específicos próprios e de tecnologia adequada para o diagnóstico e a terapêutica dos recém-nascidos graves ou com risco de morte e de uma equipe multidisciplinar especializada, composta minimamente por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, fisioterapeutas, um fonoaudiólogo e um funcionário exclusivo, responsável pelo serviço de limpeza em cada turno.
- 98** A UCINCa é um serviço em unidades hospitalares cuja infraestrutura física e material permita acolher mãe e filho para a prática do método canguru, para repouso e permanência no mesmo ambiente 24 horas por dia, até a alta hospitalar. Também é responsável pelo cuidado dos recém-nascidos em fototerapia, com níveis de bilirrubina próximos aos níveis de exsanguineotransfusão, e dos recém-nascidos que já foram submetidos ao procedimento de exsanguineotransfusão, após tempo mínimo de observação na UTIN, com níveis de bilirrubina descendentes e equilíbrio hemodinâmico.

De acordo com a Portaria n.º 1.823/2012, que instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador, julgue os itens **99** e **100**.

- 99** Entre suas estratégias, está a estruturação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast), no contexto da Rede de Atenção à Saúde, que poderá ser realizada por meio de ações de saúde do trabalhador junto à atenção primária em saúde, à urgência, à emergência e à atenção especializada (ambulatorial e hospitalar).
- 100** O apoio matricial para o desenvolvimento das ações de saúde do trabalhador na atenção primária em saúde, nos serviços especializados e de urgência e emergência, bem como na promoção e na vigilância nos diversos pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde deverá ficar a cargo do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) da região correspondente ao local em que o trabalhador exerce suas atividades.

A Diretoria Colegiada da Anvisa determinou, com a Resolução Anvisa RDC n.º 7/2010, os requisitos mínimos para o funcionamento de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Conforme essa Resolução, julgue os itens de **101 a 103**.

- 101** A equipe multiprofissional mínima, descrita nessa Portaria, deve ser composta pelo fonoaudiólogo, juntamente com médicos plantonistas e rotineiros, enfermeiros, fisioterapeutas e técnicos de enfermagem.
- 102** De acordo com essa Portaria, a sigla CCIH é definida como Comissão de Controle de Infecção Hospitalar. Essa Comissão, juntamente com as equipes da UTI, é responsável pelas ações de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS).
- 103** A prática de higienização das mãos pelos profissionais e visitantes deve ser estimulada pelo responsável técnico e pelos coordenadores de enfermagem. Para tanto, os lavatórios para higienização das mãos devem estar disponibilizados na entrada da unidade, no posto de enfermagem e em outros locais estratégicos definidos pela CCIH e possuir dispensador com sabonete líquido e papel-toalha.

A Resolução Normativa n.º 167/2007 atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que corresponde à referência básica para cobertura mínima obrigatória da atenção à saúde nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1.º de janeiro de 1999 e adaptados conforme a Lei n.º 9.656/1998, passando a constituir um rol de ações em saúde. À luz dessa Resolução, julgue os itens **104 e 105**.

- 104** De acordo com essa Resolução, nos contratos de planos de assistência à saúde coletivos, é obrigatória a cobertura para os procedimentos relacionados com os acidentes de trabalho e suas consequências, assim como para os procedimentos relacionados com a saúde ocupacional.
- 105** A cobertura de consulta e sessões com fonoaudiólogo está entre os procedimentos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, na seção referente ao plano ambulatorial, com o número de sessões estabelecido no Anexo I (doze por ano), conforme indicação do médico assistente.

Quanto às Resoluções n.º 415/2012 e n.º 444/2013 do Conselho Federal de Fonoaudiologia, julgue os itens de **106 a 111**.

- 106** Os atendimentos e procedimentos fonoaudiológicos devem ser registrados em prontuário, manuscrito ou eletrônico, guardado por um período mínimo de cinco anos após a alta, a suspensão ou o abandono do paciente ao tratamento.
- 107** Para resguardar a conduta do fonoaudiólogo, é obrigatório constar, no prontuário, a ciência do paciente em relação às orientações fonoaudiológicas.

- 108** Agir com objetividade, firmeza, respeito e imparcialidade no cumprimento de seu dever é requisito específico para o exercício da função de fiscal.
- 109** Ter disponibilidade para viagens é uma das atribuições do fiscal.
- 110** A ficha de verificação fiscal é o documento utilizado pelo fiscal quando há a necessidade de encaminhar o procedimento de orientação e fiscalização para deliberação pela Comissão.
- 111** O auto de infração será lavrado quando findo o prazo concedido pela notificação no termo de constatação.

A partir das Resoluções n.º 473/2015, n.º 488/2016, n.º 516/2017, n.º 533/2018 e n.º 534/2018 do Conselho Federal de Fonoaudiologia, julgue os itens de **112 a 116**.

- 112** A Cédula de Identidade Fiscal tem validade indeterminada.
- 113** Na rotina de trabalho, o profissional pode realizar diferentes procedimentos em um mesmo período, considerando a qualidade da assistência prestada e a demanda de cada serviço.
- 114** Os Portais de Transparência do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia deverão divulgar, obrigatoriamente, os endereços, os telefones e os horários de atendimento ao público das respectivas sedes e delegacias.
- 115** A inatividade do registro de pessoa jurídica poderá ser requerida quando houver interrupção temporária das atividades por baixa do CNPJ.
- 116** Comete infração passível de aplicação da penalidade média a pessoa jurídica que funcionar sem a presença do responsável técnico, sendo cabível, nesse caso, multa de quatro anuidades.

Com base na Resolução n.º 517/2017 do Conselho Federal de Fonoaudiologia, que estabelece o Regimento Interno Único dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, julgue os itens de **117 a 120**.

- 117** Os conselheiros suplentes poderão ser convidados a participar das sessões plenárias e terão direito à voz, mas não a voto.
- 118** A diretoria será eleita para mandato de dois anos e empossada na primeira sessão plenária ordinária do colegiado, por maioria relativa do plenário.
- 119** As reuniões dos grupos técnicos de trabalho deverão ser solicitadas com antecedência mínima de sete dias, agendadas, registradas em ata e assinadas pelos participantes.
- 120** O Conselho Regional de Fonoaudiologia manterá, em estabelecimentos bancários, contas separadas de arrecadação e de movimentação.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica fabricada em material transparente, de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Com o intuito de atender os trabalhadores com suspeita de agravos à saúde relacionados ao trabalho, incluindo os procedimentos compreendidos entre o primeiro atendimento e a notificação, foi criada uma série de publicações denominada **Complexidade Diferenciada**, que oferece recomendações e parâmetros para diagnóstico, tratamento e prevenção. A PAIR é o agravo mais frequente à saúde dos trabalhadores, estando presente em diversos ramos de atividade, principalmente siderurgia, metalurgia, gráfica, têxteis, papel e papelão, vidraria, entre outros.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

PAIR

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) características da PAIR segundo o Comitê Nacional de Ruído e Conservação Auditiva (tipo de perda auditiva, localização da lesão, frequências atingidas inicialmente e progressão da perda);
- b) condições estabelecidas na Portaria MT n.º 19/1998 (Norma Regulamentadora n.º 7 [NR 7]) para a realização do exame audiométrico referencial;
- c) parâmetros para interpretação dos resultados do exame audiométrico de referência e sequencial; e
- d) periodicidade dos exames audiométricos segundo a Portaria n.º 19/1998 (NR 7).